

IGREJA CATÓLICA E A LUTA PELA TERRA: DEBATES E EMBATES

Kester J. Bueno Fernandes da Silva

Graduando em História pela Universidade Estadual de Goiás.

kester30fernandes@hotmail.com

RESUMO: A luta pela terra no Brasil tem suas origens no início da colonização, quando nativos e exploradores europeus travaram verdadeiros embates para o controle da terra. A Igreja Católica justificava a ação colonizadora por meio da evangelização. A história agrária no Brasil foi marcada pela concentração de terra formando os latifúndios, incidências de trabalho escravo quase sempre associado a esse tipo de propriedade, violência nos conflitos envolvendo camponeses e fazendeiros, expropriação das diferentes categorias provenientes do campo, a negligência do poder político diante das denúncias, mortes de trabalhadores e líderes religiosos e de movimentos de resistências camponesas caracterizaram os embates no campo. A atuação da Igreja católica nas causas dos excluídos da sociedade em específico os camponeses se torna efetiva a partir de algumas reformas dentro da instituição. Por volta da década de 70, após as conferências de Medellín e Puebla, a Igreja traz como foco para evangelizar o conhecimento da realidade dos marginalizados pelo sistema econômico e político, que exclui e oprime. Nessa perspectiva de Igreja com ações pastorais voltadas para os subalternos, surge a Teologia da Libertação e Igreja da Libertação com propostas transformadoras da sociedade vinculadas a evangelização. Dentro da proposta de conhecer, julgar e denunciar as contradições do campesinato é criado a Comissão Pastoral da Terra que tem como pressuposto de atuação no seguinte tripé: terra, água e direito.

Palavras-Chave: CPT; Igreja e terra.

ABSTRACT: The struggle for land in Brazil has its origins at the beginning of colonization, when natives and European explorers real struggles waged for control of the land. The Catholic Church justified the action by colonial evangelization. The agrarian history in Brazil was marked by the concentration of land forming the estates, incidences of forced labor often associated with this type of property, violence in conflicts involving peasants and farmers, expropriation of different categories from the field, the neglect of political power on complaints, deaths of workers and religious leaders and peasant resistance movements characterized the conflicts in the field. The role of the Catholic Church on the causes of social outcasts in particular the peasants becomes effective from some reforms within the institution. By the 70s, after the conference of Medellin and Puebla, the Church brings focus to evangelize the knowledge of the reality of the marginalized by economic and political system that excludes and oppresses. In this perspective of the Church with pastoral actions aimed at the junior arises Liberation Theology and Liberation Church with proposals for transforming society linked to evangelization. Within this proposal know, judge and denounce the contradictions of the peasantry, it created the Pastoral Land Commission whose role assumption in the following three pillars: land and water rights.

Keywords: CPT; Church and land

Introdução

A luta pela terra no Brasil desde a colonização até os dias atuais produziu inúmeros embates e debates sobre os diferentes setores da sociedade. O Estado como responsável pela negligência que encara as realidades camponesas, a concentração de terra, que impede muitos de produzirem, enquanto uma minoria explora a terra e o trabalho humano e uma Igreja que na busca por mais fiéis desloca seu ponto de foco das elites para os excluídos das promoções sociais.

A origem do conflito por terra no Brasil

A gênese do conflito por terra de ser remontado ao início da colonização quando os primeiros exploradores se autodenominaram em nome da coroa portuguesa donos das terras “descobertas”. O confronto entre nativos e exploradores não demorou acontecer. De um lado os europeus, que além de expulsar os nativos de suas terras acabaram por torná-los mão de obra escrava para a exploração da terra, com a prática monocultora de cana de açúcar voltada para o mercado externo com a metrópole. Em contraponto, estava o índio que utilizava a terra para a produção de alimentos para subsistência e a produção cultural e religiosa. A terra ganha um caráter transcendental, pois é a mediadora dos povos com as divindades. Defender esse espaço, e buscar proteger as práticas festivas, realização de rituais, enfim, lutar pela manutenção da identidade.

500 anos desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcaram as lutas dos trabalhadores. (FERNANDES, Bernardo Marçano. Texto retirado dos arquivos da DATATERRA no site: WWW. Dataterra.org.br)

Nesse primeiro momento de conflito, a Igreja condizente com o Estado, buscou justificar a escravidão, violência, genocídios de indígenas como meios necessários para a evangelização. Portanto, temos a instituição religiosa compromissada com o poder político que realizava seus anseios. Entretanto, aconteceram resistências contra os opressores que podem ser visíveis na contemporaneidade por meio de ocupações de espaços públicos e privados, além de marchas e interrupções de rodovias.

Num segundo momento segundo Silva, os problemas no campo são vinculados à formação da grande propriedade. Através das sesmarias muitas pessoas receberam grandes quantidades de terra, e como se não fosse suficiente anexaram os terrenos arredores a propriedade. Dessa concentração de terra surgiu o latifúndio, grande propriedade de terra com a prática monocultora voltada para o mercado visando acúmulo de capital. Na maioria dos casos deixa de cumprir sua função social que é produzir alimentos voltados para a população e empregar os trabalhadores. Porém, em vez disso a mão de obra é explorada e na mesma medida, a terra.

Diante da desenfreada anexação de terras pelos fazendeiros, o governo cria em 1850 a “Lei de Terras”. A partir desse período a terra somente seria obtida mediante a compra, também, seria considerada propriedade particular somente pela comprovação mediante ao documento de proprietário. Assim trata a Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemeifeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.”
(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)

A Lei de Terras levou muitos fazendeiros expulsar posseiros de suas terras alegando a falta de documentação de compra da terra. Além disso, a terra ficou cada vez mais distante do camponês, já que, este não possuindo títulos monetários, não pode ter uma propriedade, então, a solução é sujeitar a autoridade de fazendeiro, e submeter a situações análogas de escravidão no caso do “trabalhador livre”.

Durante a república velha, segundo Silva a terra representou poder. Nesse período os fazendeiros de grandes propriedades eram influentes nas decisões políticas. Os coronéis articulavam o fato de possuir as terras e dominar os trabalhadores com a interferência na política do cenário municipal ao federal. Dessa forma os camponeses eram dominados, já que, a sobrevivência familiar restringia ao trabalho em fazendas dos coronéis.

Todo esse contexto revela que o campo foi palco de inúmeras disputas, e na maioria das vezes o camponês, índio e outras categorias provenientes do campesinato foram negados o direito de sobrevivência, sendo que a terra lhes fora retirada. Os termos exclusão, violência,

desapropriação, exploração foram expressões que fizeram parte dos camponeses na luta pela conquista da terra. O Estado e a Igreja durante essas épocas buscaram manter a dominação das massas e conservar o poder elitista.

Igreja Católica em transformação

Segundo Iokoi, a atuação da Igreja Católica nos movimentos sociais e a luta pela terra, se torna efetiva, a partir da década de 60, quando o foco da instituição desloca da classe dominante e direciona aos subalternos e marginalizados pelo sistema político e econômico. Essa inversão de foco está associada a uma série de transformações que a instituição sofre entre 1960 e 1980 com uma ala da Igreja denominada progressistas, com propostas libertadoras do homem das mazelas da sociedade.

Até meados do século XX, a Igreja Católica esteve arraigada ao modelo medieval de evangelização. No campo da fé encontrava todas explicações para a pobreza e riqueza, conflitos e harmonia, todas contradições sociais eram encaradas através de um pressuposto teológico, onde a promoção humana estaria completa num fim transcendental. As atitudes da Igreja eram inquestionáveis, uma vez que ela era a mediadora entre Deus e o homem. Enquanto instituição religiosa, ela buscou homogeneizar o mundo segundo os princípios cristãos, fora do cristianismo só existe selvageria, nessa perspectiva, era intolerante para com outras religiões ou práticas culturais. Os rituais e elementos de acesso ao sagrado eram padronizados de forma singular, não era admitida uma pluralidade de expressões cristãs. A posição da Igreja com relação à solução para a pobreza era de formar uma mentalidade da elite do valor humano cristão de ajudar os pobres. A Igreja pairava sobre a sociedade observando e ditando regras na qual as pessoas deveriam seguir. Essa postura da Igreja pôde ser expressa através de Gutierrez na sua definição da pastoral da cristandade:

pastoral da Cristandade [...] um período histórico que se inicia com a conversão de Constantino até o nascimento da Idade Moderna. Ela sobrevive na América Latina ainda hoje. [...] ser homem é ser cristão e que fora do Cristianismo não há humanidade. Essa postura aparece [...] na destruição na religiosidade dos povos andinos e americanos [...] e [...] no tratamento dispensado às religiões afro-americanas. [...] aceitação da rígida hierarquia, dos sacramentos e das paróquias, são [...] do processo de salvação do homem [...] (Iokoi, 1996 p.27)

No Brasil, a partir da década de 60 a Igreja começa a perceber uma perda expressiva de fiéis e de pessoas voltadas para os cargos sacerdotais. Então, abre uma série de discussões sobre como deveria caminhar a Igreja em um mundo pós-guerra em constantes transformações e inversões de valores. Essas reflexões levaram alguns eclesiásticos a questionarem sobre o papel da igreja diante de tantas injustiças e contradições sociais, principalmente no campo, e elaboraram propostas de uma Igreja presente nas realidades cotidiana dos subalternos e como mediadora entre o povo e o Estado, ressaltando o papel evangelizador dessa ação, já que, Cristo denunciava a opressão dos pobres. Essas discussões levou a instituição se dividir em duas alas: os progressistas formados por alguns bispos e padres defendiam algumas reformas, enquanto que os conservadores representados pela alta hierarquia da Igreja salientavam para o verdadeiro objetivo da Igreja: conduzir o homem a salvação.

Embora as duas alas tivessem muitos pontos divergentes, havia um ponto no qual eles se uniam; eram anticomunistas. O comunismo “ateu” era algo que deveria ser combatido uma vez que representava um empecilho para a evangelização. O repúdio ao comunismo e a ineficácia do Estado em atender os anseios religiosos, levou a Igreja a apoiar a tomada do poder pelos militares em 1964.

As principais mudanças na Igreja foram significativas após as conferências episcopais de Medellín e Puebla. Na segunda conferência em Medellín, o *CELAM¹ ficou encarregado de elaborar o documento base sobre a realidade religiosa e social da América Latina. As principais temáticas abordadas estavam relacionadas ao desrespeito dos direitos universais do homem por parte dos Estados para com a sociedade civil; as contradições sociais, ligadas a violência dos conflitos por terra; a miséria, a falta de uma demanda de evangelização que atendesse o elevado crescimento populacional no continente. Após a conferência, foi elaborado o documento final, no qual declarava a pobreza não como um desígnio divino, mas fruto de um sistema econômico e político que permite o desenvolvimento de um grupo minoritário ao mesmo tempo em que leva milhões a miséria. O papa Paulo VI em sua encíclica, destacou a importância de construir uma sociedade igualitária e combater o fator excludente do Capitalismo, mas alertou para o papel fundamental do capitalismo fazer frente ao Comunismo. Nessa perspectiva a Igreja deveria fazer uma “revolução” com os camponeses, estar presente em sindicatos e ligas camponesas antes que os comunistas

¹ Conselho Episcopal Latino Americano

realizassem, pois estava em jogo milhões de fiéis. Enfim, para evangelizar era necessário compreender a realidade do homem em todas as suas dimensões sociais e culturais; assim destaca o documento final de Medellín:

/p1 La Iglesia Latinoamericana, reunida en la Segunda Conferencia General de su Episcopado, centró su atención en el hombre de este continente, que vive un momento decisivo de su proceso histórico. De este modo ella no se ha "desviado" sino que se há "vuelto" hacia el hombre <1>, consciente de que "para conocer a Dios es necesario conocer al hombre <2>". (II Conferência General Del Episcopado LatinoAmericano Documentos Finales Del Medellin 1968, p.1 disponível no site: <http://www.celam.org/>)

O documento foi considerado uma vitória para a ala progressista. A miséria e as injustiças estavam vinculadas ao Estado derivados de setores econômicos e políticos. Para D. Hélder Câmara, Gustavo Gutiérrez e José Gremillion, a violência e as injustiças eram resultado daqueles que eram contra o povo de Deus. Era necessário que esses excluídos fossem libertos, assim como Cristo se libertou do pecado, para isso, era necessário fazer greves, manifestações, enfim confrontar com o governo vigente. Essa interpretação do documento foi criticada pela ala conservadora. Estava travada uma luta interna entre conservadores e progressistas.

Segundo Iokoi no Brasil foram criada as CEBs², que buscaram melhor desempenhar o papel pastoral e evangelizador. A própria Igreja estava promovendo transformações dentro da instituição para que acontecesse a maior aproximação para com camada popular com sua religiosidade. As realidades locais e a palavra de Deus estavam articulados para um processo evangelizador e de transformação social.

Após a conferência de Medellín foi criada a Teologia da libertação, que tinha como princípio a “palavra de Deus” como libertação. Não era mais necessário sair da Igreja para enfrentar o sistema político e econômico, pois nessa perspectiva a Igreja estava ao lado de camponeses e excluídos para a conquista de meios de sobrevivência e dignidade. Na perspectiva da Teologia da Libertação a “palavra de Deus” passou a ser profetizada para dar esperança e fortalecer às resistência de posseiros e camponeses.

Para Iokoi, nas vésperas da conferência de Puebla em 1978, conservadores e progressistas travaram verdadeiras batalhas para interferirem nas decisões de qual percurso a Igreja deveria percorrer. Os conservadores destacavam que o papel da Igreja era de conduzir o

² Comunidades Eclesiais de Base

homem para a salvação, e não incentivar ou apoiar o confronto de grupos ou classes. Enquanto isso, os progressistas com a Teologia da Libertação, lutavam por uma Igreja presente com propostas transformadoras, que a expressão “libertação” ultrapassasse o sentido religioso e abarcasse outras questões como escravidão, opressão e a miséria.

No documento final de Puebla, João Paulo II retomou as decisões do documento de Medellín, ressaltando que a Igreja deveria ouvir os clamores dos oprimidos e excluídos, uma vez que o Estado era opressor e ignorava as contradições sociais existentes. A Teologia da Libertação ganhou mais autenticidade, se tornou um meio para a atuação dos agentes pastorais para a evangelização e libertação do homem das mazelas de todos os níveis sociais.

Segundo Gutierrez, o termo libertação poderia se entendido em três níveis:

a) aspirações das classes sociais e dos povos oprimidos [...] A libertação passou a ser concebida como processo histórico, no sentido da conquista do conhecimento, da eliminação dos preconceitos[...] no nível teológico [...] entendido como a presença do Cristo histórico que libertou o homem do pecado lutando contra as injustiças[...]. (Iokoi 1996 p.52)

A ação missionária da Igreja trouxe como foco os pobres e jovens, na busca de construir uma sociedade mais justa, com respeito aos direitos humanos, baseando no princípio da igualdade social, mas destacando a importância das diferenças para a realização desses objetivos. Por fim, foi estabelecida a criação de várias linhas pastorais, com focos em diferentes setores da sociedade para a promoção humana e evangelização.

Em segmento a Teologia da libertação, surge a Igreja da Libertação, que era uma ação concreta do que pretendia a Teologia da Libertação. OS camponeses, índios e outras categorias vinculadas ao campesinato deveriam ser acolhidos e apoiados na busca para construir uma realidade melhor. Subsidiar acampados, articular se com sindicatos e movimentos sociais, denunciar as arbitrariedades de um grupo minoritário para com os grandes cordões de expropriados e fazer presente na vida cotidiana dos assentados era a nova postura da Igreja da Libertação. “Ocorreu um processo de mudanças profundas na relação ciência e fé”. (Iokoi, 1996 p. 24)

A ciência passou a ser aceita pela igreja como um princípio de aquisição de conhecimento. Por meio dessa relação foi possível desenvolver projetos e pesquisas para desvendar os principais fatores responsáveis pela perda de fiéis e as vocações sacerdotais. A aproximação com as ciências sociais (inclusive o Marxismo sem adotar suas posturas

radicais) permitiu compreender as transformações em sociedade, o desenvolvimento orgânico com suas contradições existentes entre os grupos sociais e as possíveis soluções para os conflitos.

[...] referência filosófica [...] o marxismo. Por ser crítica da economia política, o marxismo possibilita a compreensão das relações sociais em conflito. Somente conhecendo os problemas da , torna se possível empreender uma ação pastoral que promova a prática do evangelho. (Iokoi, 1996 p. 26).

Portanto, após inúmeros debates entre progressistas e conservadores a respeito de qual rumo a Igreja deveria seguir, podemos destacar uma Igreja que deslocou seu foco das classes dominantes para os subalternos. Segundo Iokoi, as novas exigências levou a Igreja a admitir uma pluralidade das expressões do cristianismo. As manifestações do campo religioso e o contato com o sagrado deixou de ser exclusivamente trancafiado dentro do templo da instituição, e com novas adaptações, permitiu uma melhor aproximação com Deus pelas diferentes camadas orgânicas da sociedade nos diferentes espaços: urbano, rural, centros e periferias. As Ações evangelizadoras e de combate às injustiças no campo feitas pela Igreja podem ser entendidas na criação da Comissão Pastoral da Terra sendo a mesma uma extensão da Teologia da Libertação e Igreja da Libertação.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 22 de junho de 1975, seguindo os projetos da Teologia da Libertação e Igreja da Libertação; atuar comprometida de evangelizar a parti da compreensão das realidades locais, corresponder às necessidades dos pobres oprimidos e combater principalmente os conflitos no campo. Embora o CPT seja um órgão ligado a Igreja, ele solidificou sua autonomia, decidindo suas estratégias de atuação.

Os princípios básicos do CPT são: solidariedade, justiça e paz e abordando as seguintes temáticas: terra, água e direito. Por meio dos agentes distribuídos pelas regionais em todo país, a Comissão Pastoral da Terra, buscou ser presente nos conflitos que envolvem o campesinato, incluindo todas as categorias derivadas do campo.

Segundo GRAMSCI, mesmo que “a massa dos camponeses, ainda que de-senvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais "orgânicos". (Gramsci, 1985 p.5). Os agentes da CPT se tornam os intelectuais orgânicos dos camponeses, sendo articuladores das causas camponesas para com sindicatos, mídias, e

órgãos internacionais na busca por soluções para os problemas levantados. A formação intelectual de camponeses para enfrentar as falsas políticas públicas, pressões e violência; na organização de marchas, interdições de espaço de representatividade do poder público ou privado como ocupação de rodovias, fazendas e órgãos do governo como INCRA, sindicatos entre outros.

Para Iokoi, a CPT busca se articular a outros movimentos sociais, subsidiar as lutas camponesas, denunciar a violência dos conflitos, principalmente no que se refere o excesso da polícia para com os ocupantes de terras, mas acima de tudo as arbitrariedades dos latifundiários para com camponeses, posseiros e outras categorias camponesas. Por exemplo, em 1981 na encruzilhada do Natalino a CPT articulada com a CNBB forneceu subsídio material e intelectual para a permanência dos acampados também fez um levantamento de propriedades improdutivas ou com problemas judiciais para desapropriação, levando o governo a reconhecer o problema e os meios para solucioná-lo.

Na década de 70, o governo federal dentro da proposta de “marcha para o oeste” oferece terras na região hoje correspondente a Transamazônica para serem colonizadas. Nesse período houve grande deslocamento de trabalhadores, posseiros e camponeses para essa região com propostas promissoras de desenvolvimento para essas áreas. Porém em 1990 com a CPT investigando os casos de trabalhadores em situação análoga de escravidão no Pará e Mato Grosso, descobre a triste realidade dos que foram enganados pelas falsas políticas de investimento no campo com uma política agrícola que atendesse todas as categorias do campo:

A transamazônica completa 20 anos. A ‘terra sem homens para homens sem terra’, tão propagandeada pelo governo Médici, não passou de um sonho para milhares de agricultores de todo o país. Fomos arrancados de nossa terra. Deixamos parentes, vizinhos e amigos e viemos para a Transamazônica co esperança de que aqui construiríamos um futuro digno para nossas famílias. No início da colonização não poupamos forças para tornar a Transamazônica a terra prometida. Hoje, é difícil esconder a mágoa desse tipo de política Agrícola e agrária que transformou a maioria de nós em boias-frias e meeiros [...].
(CPT- Transamazônica A organização dos abandonados, 1990 p.12)

Durante a década de 1990 a CPT desmascarou o discurso político de que o Brasil estava desenvolvendo e acabando com as contradições sociais. No governo Collor criou se o discurso de que neoliberalismo levaria o Brasil ao desenvolvimento “*confundiram riqueza concentrada com desenvolvimento*” (grifo meu) porém, os movimentos sociais, lutas camponesas e denúncias da CPT sobre exploração do trabalho, elevado número de mortes e violência nos conflitos revelaram a outra face do Brasil. Um país privatizado, que com

projetos de desenvolvimento do Cerrado e rompimento das fronteiras agrícolas como o *Polocentro³ e *Proceder⁴ I e II acabou por atender os grandes proprietários de terras, destruindo ecossistema do cerrado num período em que o foco da política de governo fora deslocada das questões agrárias para o meio ambiente e eliminado as categorias camponesas.

Em 1990, nenhuma desapropriação foi registrada, muitos tratam este fato devido a forte presença da bancada ruralista na Câmara Legislativa. Segundo a CPT, ainda nesse ano, aconteceram elevadas incidências de trabalho escravo, violência contra a pessoa, mortes de líderes de resistência, em alguns casos relações de ajuda mútua entre fazendeiros e a própria polícia para a expulsão de ocupantes de terras. Nesse período os maiores conflitos estavam relacionados com o posseiro. Os latifundiários com influência no judiciário forjavam documentos de terra ficando aparado pelo Código Civil Brasileiro de 1º de Janeiro de 1917 em que, a propriedade é um direito sagrado e absoluto do proprietário. Em contrapartida, os posseiros afirmam “*não plantam em papel*”. (CPT- Espinhoso Caminho Para a Liberdade 1990 p.32) Nessa perspectiva de terra é para que planta, afirma Miguel Pressburger:

O direito atual, velho e carcomido, protege de maneira irracional o proprietário, pelo simples fato de ser ele portador de um papel: o título. Ao contrário, persegue aquele que ocupa, trabalha, produz, faz gerar riquezas”. (Prefácio de Posse x Propriedade a luta de classes na questão fundiária, de Nilson Marques, Ajup-Fase, Rio de Janeiro, 1988).

Desde a década de 1990 até os dias atuais a CPT vem modificando suas estratégias de lutas, na medida em que, o sistema político, econômico e os problemas relacionados aos embates no campo mudam de forma. Por volta de 1980 acontece a articulação da CPT com o surgimento de novos movimentos sociais como o MST, suas problemáticas estavam relacionadas ao elevado número de assassinatos nos inúmeros conflitos violentos por terra, ao trabalho escravo, projetos de assentamento e a luta pela reforma agrária. Por volta da década de 1990, os problemas estavam relacionados com o neoliberalismo com novas questões como as falsas políticas agrárias. Por fim na atualidade, os pontos de interesse da CPT são: meio ambiente; direitos trabalhistas; evangelização num período de crise religiosa; agricultura familiar e reforma agrária.

³ Polocentro: Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste implantado em 1975.

⁴ Proceder: Programa de Desenvolvimento do Cerrado criado em 1978.

Conclusão

Por conseguinte é importante salientar que, a estrutura agrária no Brasil pouco modificou de sua origem colonial. A perpetuação de latifúndios, expropriação de várias categorias camponesas e uma Igreja que sob o risco da perda de fiéis e após uma série de transformações das institucionais desloca seu ponto de foco da elite para os marginalizados do sistema político e econômico. Dentro dessa proposta de Igreja presente nas realidades sociais surge vinculada a Teologia da Libertação e Igreja da Libertação a Comissão Pastoral da Terra, que passa abordar as questões ligadas ao campo e derrubar os discursos de manipulação de massa como no caso do Plano Collor que ao mesmo tempo em que focava sua política nas questões ambientais, se contradizia com os projetos privados de rompimento de fronteiras agrícolas no cerrado e na região amazônica explorando os recursos naturais e os trabalhadores. Por fim, segundo Iokoi, a CPT e Silva, a história camponesa é marcada por conflitos, resistências e lutas pela reforma agrária. Não se trata apenas da aquisição de terra, mas a condição de produzir ser feliz e participar das promoções sociais.

116

Referências

IOKOI, Zilda Gricoli; Igreja E Camponeses Teologia Da libertação e Movimentos Sociais No Campo Brasil e Perú, 1964-1986.Fapesp, São Paulo,1996.

SILVA, Valtuir Moreira. *História Agrária em Goiás* / Goiânia: AGEPEL / UEG, 2002.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Editora Alínea, 1999.

Conflitos no Campo 1990- Espinhoso Caminho Para a Liberdade. Secretariado Nacional da CPT. Loyola. Goiânia, abril, 1991.

Realidade e Conflitos no Campo Goiás 2008-(Coordenação: Suágna Rosa de Oliveira Lourenço, Anderson Liberato Gouvêa)-(Goiânia): CPT Regional de Goiás-Brasil, 2008, acessado em <http://www.cptnacional.org.br>, no dia 22 fevereiro de 2013.

Rompendo o Cerco e a Cerca conflitos no campo 1989.Comissão Pastoral da Terra.editora O Popular. Goiânia, abril de 1990.

FLAMARION, Ciro Cardoso; VAIFAS, Ronaldo. História social in *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5º ed.Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de; HATO, Julio; GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas do Trabalho Escravo no Brasil. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

II Conferência General Del Episcopado Latino-Americano Documentos Finales Del Medellin 1968, p.1 disponível no site: <http://www.celam.org/>

III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano Texto oficial Puebla de Los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979 disponível no site: <http://www.celam.org/>

FERNANDES, Bernardo Marçano. Texto retirado dos arquivos da DATATERRA no site: WWW. Dataterra.org.br (Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes Também disponível na página <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>)

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 4º ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1981.

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm